

ENTREVISTA COM A HISTORIADORA MARY DEL PRIORE

Entrevistada: Mary Del Priore¹

Entrevistador: Julio Cesar Aquino Teles Ferreira²

Entrevista com a historiadora Mary Lucy Murray Del Priore, doutorada pela Universidade de São Paulo, tem pós-doutorado pela *École des Hautes Études em Sciences Sociales* de Paris e é autora de mais de 50 livros de História do Brasil, ex-professora da FFLCH/USP e PUC/RJ, reconhecida com mais de vinte prêmios literários nacionais e internacionais. O dossiê desta edição da Revista Hydra possui como título “Lugar de mulher é na História – protagonismo feminino, feminismos e mulheres historiadoras”.

Nesse dossiê convidamos pessoas que estejam produzindo pesquisas que destacam a participação de mulheres na história. A questão de gênero objetiva romper com o machismo presente na academia, fortalecendo o discurso de mulheres e sobre mulheres. Estamos contentes em ouvir uma historiadora que produziu trabalhos que transcendem o tempo e o espaço e que estão conectados com o universo feminino e feminista.

1) Saudações Mary Del Priore, é um imenso prazer contar com sua presença e colaboração no décimo primeiro número da Revista Hydra, organizada pelos estudantes da pós-graduação em História da UNIFESP. Tendo em vista que seus estudos apresentam colaborações significativas no campo da História Social, gostaríamos de saber como foi a sua decisão de

¹ Pós-doutora pela *École des Hautes Études em Sciences Sociales* de Paris. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2135122024867878>.

² Entrevista realizada por Julio Cesar Aquino Teles Ferreira, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Conselheiro Editorial da Revista Hydra. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9754636502365902>. E-mail: julio.teles@unifesp.br

cursar História. Poderia compartilhar conosco sobre sua trajetória acadêmica enquanto mulher? Quais foram os maiores desafios?

Meu percurso foi tardio em comparação à minha geração. Nos anos 80, já mãe de três filhos, sentia muita vontade de estudar. Em São Paulo, onde fui morar recém-casada, fui convidada para trabalhar num dos antiquários mais famosos da cidade. Conhecer mobiliário brasileiro, imaginária sacra, pintura, enfim, tudo o que era o passado material brasileiro, me incentivava a querer conhecê-lo mais de perto. Tinha 28 anos quando prestei o vestibular. Fui reprovada na USP, por desconhecer física e química e aprovada na PUC/SP. Meu interesse por História era diletante. Queria trabalhar num museu ou galeria de arte. Nunca pensei em me tornar uma profissional. Entrei na academia por acaso. Estava terminando a tese de doutorado quando anunciaram um concurso público para a cadeira de História do Brasil Colonial, no departamento de história da FFLCH, no mês de julho. Meus colegas insistiram para que eu fizesse as provas “para ver como é que é”. Fiz. A prova escrita era sobre Inquisição. Ora, junto com colegas como Ronaldo Vainfas, Lana Gama Lima e Renato Venâncio tínhamos estado à pouco em Portugal, todos examinando fontes documentais da época das Visitas ao Brasil. Com a facilidade de escrever, não tive problemas. Na prova oral, bingo! Eu, que nunca tinha dado uma única aula na vida, pude discorrer sobre um assunto que eu tinha revirado no Arquivo da Cúria: as irmandades religiosas. Eu não tinha qualquer preocupação de me tornar professora. Ao contrário. Minha vida familiar com três filhos e outras atividades não dava espaço para uma vida acadêmica. Mas, não se despreza uma colocação tão honrosa: 1º.lugar entre quase quarenta inscritos. Apesar da torcida familiar contra, valeu pelos alunos. Eu não sabia quase nada, mas o contato com eles era ótimo. Eu preparava cuidadosamente as aulas, pois sabia que havia gênios na sala. Caso de Henrique Carneiro e Álvaro Carlini, que se tornaram grandes professores

amigos. Ou, na pós, de Paulo de Assunção e Eduardo Paiva entre outros. Na graduação não queria impor assunto ou temas, mas, apresentar as fontes documentais mais variadas que eu conhecia e estimular a ida aos arquivos. Meu primeiro curso foi um sucesso. Intitulava-se "O medo, o amor e a morte na Colônia": só documentos variados sobre tais temas. Num semestre cheguei a ter quase 400 alunos. Ministrei História do Brasil Colonial e História Ibérica. Nunca tive qualquer interesse em participar de chefias e comissões, cargos sempre disputados. Ficava discretamente no meu lugar de *outsider*. Achava as reuniões de departamentos tão longas quanto entediadas e só ia, pois era considerado "meio obrigatório" o comparecimento. Queria distância de qualquer burocracia ou grupo e só pensava em escrever e publicar. O mais longe que fui, foi a participação na comissão editorial da Revista de História com colegas inesquecivelmente maravilhosos: Antônio Penalves, Hilário Franco Júnior, Elias Saliba e Marcos Silva. Lembro também que esses foram os anos de ouro das Ciências Humanas e todos os editores se preocupavam em editar teses e ensaios, ou traduzir grandes historiadores. Eu fiz uma infinidade de resenhas para o Folhetim, publicado pela Folha de São Paulo, Veja e Estadão. Minha cabeça estava voltada para edição e publicação de História. Não para a vida do Departamento.

2) Professora, você recebeu em 1998 o prêmio Jabuti na categoria de Ciências Humanas pela obra que organizou intitulada "História das mulheres no Brasil" (1997), naquele mesmo ano e por essa mesma obra também recebeu o prêmio Casa Grande e Senzala da Fundação Joaquim Nabuco. Em 2020 publicou "Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000". Qual o impacto que você enxerga dessas produções na historiografia e na sociedade brasileira?

De fato, já fui honrada com quatro Jabutis, o último pelo livro acima citado, *Sobreviventes e guerreiras*. Se o primeiro livro, *História das Mulheres no*

Brasil, tinha como leitores em potencial colegas universitários e alunos de História, tanto o meu *Conversas e Histórias de mulher*, quanto *Sobreviventes e guerreiras* desejavam como alvos o público feminino em geral. E por que? Pois escrevi durante dez anos, ao lado de Raquel de Queiróz para o Caderno Feminino do jornal O Estado de São Paulo. Em meus artigos, misturava informações históricas com fatos da atualidade e me dei conta que havia um enorme interesse por assuntos gerais de História do Brasil que falassem à contemporaneidade: família, casamento, violência, aborto, crianças, enfim. Pouco a pouco, investi em contar a desconhecida história das mulheres, de suas relações com os homens, de sua presença no mundo do trabalho e sobre seus papéis sociais, ganhando muitos leitores e um correio estimulante. Mais e mais eu desejava sair dos muros fechados da Universidade e conversar sobre história com pessoas que tinham sincero interesse pelo assunto. Graças à disposição para tratar de história como uma linguagem simples, abordando temas e personagens que suscitam interesse geral, buscando dialogar com o maior número de leitores, penso que consegui interessar juristas, médicos, psicanalistas, diretores de tv e cinema, redatores de novelas por nosso ofício. Nunca utilizei a linguagem acadêmica e evito conceitos da moda que só interessam aos debates acadêmicos. Tenho imenso prazer e satisfação em fazer divulgação histórica, hoje pomposamente intitulada de “história pública”, mas que nada mais é do que levar o resultado de nossas pesquisas e trabalho para um maior número de pessoas.

3) Atualmente o Brasil tem passado por momentos de retrocesso, inclusive com a perda de direitos fundamentais e de conquistas históricas importantes. Em sua opinião, qual é a situação das mulheres na sociedade brasileira do tempo presente?

Nunca dantes vi tanto obscurantismo. Constatamos com amargor o retrocesso todos os dias. Tentei interpretar uma parte do que assistimos no quarto volume de uma série intitulada *Histórias da Gente Brasileira*, publicada em 2019. Ali me pergunto, se vivemos num regime democrático, por que razão elegemos políticos que beiram à marginalidade e que, com honrosas exceções, esquecem de fazer políticas de excelência na saúde e educação? Que ignoram os níveis de violência de que é vítima a sociedade? Que se recusam a pensar na desigualdade social que machuca o país? A resposta talvez se encontre na dupla moral que nos acompanha desde o início da colonização. Na ambiguidade em relação às regras e que, como lembra o cientista político Leonardo Avritzer, reduz-se a ética que privilegia as relações domésticas e familiares, fechando os olhos para o que é público. Ele a denomina “familismo amoral”.

O familismo amoral faz parte das tais “coisas antigas” que atravessam por séculos a nossa história. Coisas que nos fazem pensar que o passado não passou. Que, como disse o jornalista Millor Fernandes, “O Brasil tem um enorme passado pela frente”. Na rua, liberais e tolerantes, progressistas e modernos. Em casa, antissemitas, racistas, homofóbicos e machistas. Essa fisionomia bifronte se vê claramente nos comportamentos diários que nós mesmos - não só os políticos -, temos: a propina para amaciar a multa, a buzina estridente na porta do hospital, as piadas de baixo nível envolvendo minorias, a crença não confessa de que “bandido bom é bandido morto”, hábitos de incivilidade como falar palavrão aos berros, avançar faróis vermelhos, jogar lixo pela janela. Pois, na situação atual, mulheres, como os homens também são assim. Todos mas temos uma ética muito maleável. Nosso “jeitinho” é uma maneira boa-praça de encarar e de viver o “familismo amoral”.

E apesar das conquistas históricas obtidas na Constituição de 88, apesar do sucesso da pílula, da inserção no mundo do trabalho, da revolução sexual e tantos passos, muitas mulheres seguem reproduzindo o

modelo patriarcal, dizendo a seus filhos “que homem não chora”, que é preciso ser forte e aprender a se defender, que é fundamental ser o provedor, que mulher tem que ser objeto sexual e agradar, e etc. Como digo em *Sobreviventes e guerreiras*, elas ajudam a construir o modelo de virilidade tóxica que tanto mal faz à sociedade. Ao fazer do mito da superioridade do macho o fundamento da ordem social, política, religiosa, econômica, o homem justificou e organizou a submissão das mulheres. Porém com isso, também o homem foi condenado a reprimir suas emoções, temer a impotência, odiar a feminização e cultivar o gosto da violência e da morte heroica. Ao proibir-se de chorar, substituiu a tristeza pela cólera. O dever de virilidade se tornou um fardo, e “tornar-se homem”, um processo difícil e, por vezes, cruel.

Não se pode negar que as mutações sociais e culturais ocorridas no século XX solaparam a identidade masculina construída, entre nós, desde 1500. As fronteiras entre os sexos se esfumaçaram. Apesar dos problemas, graças à educação e sobretudo a ela, as mulheres conquistaram muitos espaços. As lições do tempo convidaram a reconhecer uma variedade de modelos em sociedades complexas, sem que nenhum tivesse predomínio sobre os outros. Não somos “os mesmos e vivemos como nossos pais”. Na prática, porém, a igualdade, tão pensada por cientistas sociais, acabou esbarrando nas práticas, cujo progresso é, lamentavelmente, muito, muito lento – haja vista que com tantos avanços só vimos progredir as taxas de violência contra as mulheres. Para nossa vergonha – e para nossa reflexão, também –, a cada quinze minutos uma mulher ainda é estuprada e a cada duas horas outra é assassinada.